



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação Escrita

Para além dos poderes executivo, legislativo e judicial, existe um quarto poder político, que é a imprensa. É sempre independente e objectiva no relato das notícias, para que os residentes fiquem informados e possam, conseqüentemente, manifestar as suas opiniões. A responsabilidade social assumida pela imprensa permite que os residentes consigam evitar a degradação da justiça. Assim sendo, a sociedade deve respeitar a liberdade de imprensa, enquanto os jornalistas devem assumir a sua responsabilidade social.

Com efeito, é grande a discussão sobre a imprensa no seio da nossa sociedade. Segundo alguns, o mercado de Macau é pequeno e existem já dezenas de órgãos de comunicação social, que se tiverem de assumir a sua exploração a custos próprias, terão de enfrentar muitas dificuldades de desenvolvimento. Quanto aos salários, muitos jornalistas confessam que são baixos, o que leva a muitos casos de abandono da profissão, e em relação à liberdade de imprensa, alguns trabalhadores da Teledifusão de Macau, S.A (TDM) enviaram duas cartas ao Presidente da Comissão Executiva, Manuel Gonçalves Pires Júnior, no sentido deste assumir a promessa de não interferir mais no trabalho dos jornalistas, para que estes possam reproduzir de forma objectiva e integralmente as notícias sem qualquer tipo de interferência, assegurando assim uma melhor qualidade dos serviços.

Face à discussão social e aos recentes acontecimentos, a imprensa está a enfrentar alguns obstáculos no seu desenvolvimento. Pelo exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Os profissionais da comunicação social devem respeitar a liberdade de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

imprensa e assumir as suas responsabilidades sociais, sendo então necessária, para esse efeito, uma lei com qualidade. Em 2012, o Governo encarregou uma instituição de proceder a um inquérito à opinião pública sobre a revisão da Lei de Imprensa e da Lei de Radiodifusão, tendo para o efeito sido realizadas várias sessões públicas e sectoriais. Na altura, muitos jornalistas questionaram se os referidos diplomas conseguiam, de facto, salvaguardar a liberdade de imprensa, e apresentaram algumas opiniões e sugestões para a revisão daqueles diplomas. As tarefas de auscultação já foram concluídas há mais de um ano, então, qual é o ponto de situação da referida revisão? A proposta de lei apresenta algumas novidades no que respeita à salvaguarda da liberdade de imprensa e à assunção de responsabilidades por parte do sector em causa?

2. Os salários dos jornalistas devem ser definidos de acordo com os padrões de mercado. Se os salários da generalidade dos jornalistas forem relativamente baixos, provavelmente, será maior o abandono da profissão e a qualidade dos serviços só vai piorar, afectando o sector e a sociedade em geral. O Governo é responsável pela definição das políticas, então, de que medidas dispõe para fazer face a esta questão dos salários dos jornalistas e para promover o desenvolvimento do sector?

21 de Fevereiro de 2014

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM

Si Ka Lon